



Petroleiros desrespeitam TST e começam paralisação de 72 horas

Mesmo com uma [liminar do Tribunal Superior do Trabalho](#) classificando a greve anunciada pelos petroleiros como ilegal, a Federação Única dos Petroleiros (FUP) anunciou que a paralisação de 72 horas teve início nesta quarta-feira (30/5).

Os petroleiros afirmam que o movimento é uma reação à política de preços dos combustíveis, de crítica à gestão na Petrobras e contra os valores cobrados no gás de cozinha e nos combustíveis.

Nesta terça-feira (29/5), a ministra do TST Maria de Assis Calsing declarou ilegal a greve. Segundo ela, a paralisação tem motivos políticos, e não de reivindicação de condições de trabalho ou salário, o que é ilegal. Em caso de descumprimento, ela estabeleceu multa de R\$ 500 mil por dia.

A ministra entendeu que o que foi trazido ao processo demonstra “pauta de cunho essencialmente político e de forte ingerência não apenas no poder diretivo da Petrobras, como em ações próprias de políticas públicas que afetam todo o país e não podem ser resolvidas por pressão de uma categoria profissional”.

O [pedido](#) de decretação da ilegalidade foi feito pela AGU e pela Petrobras. Para as entidades, reconhecer a abusividade e a nulidade da greve é necessário, pois a Petrobras é a principal produtora e distribuidora de combustíveis do país, e “a redução da produção ou a sua completa paralisação geram prejuízos gravíssimos à sociedade, tendo em vista o potencial para prejudicar o abastecimento do mercado interno de gás natural, petróleo e seus derivados”.

Além disso, defendem as autoras, eventual ocupação de unidades produtivas pelas entidades sindicais geraria risco de acidentes e custaria à estatal R\$ 349 milhões por dia — incluindo perdas de R\$ 300 no faturamento e R\$ 9 milhões com o acionamento de equipes de contingência.

Autores: Redação ConJur